

Gerardo Magela



Tião Viana (E) participa com Lula e Luiz Dulci (D) da entrega de prêmio sobre objetivos de desenvolvimento do milênio

## Tião Viana espera acordo com PSDB para aprovar a CPMF

Presidente interino do Senado reconhece dificuldade para construir entendimento, mas afirma que diálogo ampliado pode dar resultado

A inclusão de governadores nos entendimentos, segundo o presidente interino do Senado, Tião Viana, facilitaria a aprovação da prorrogação da CPMF. Hoje, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve apresentar ao PSDB proposta que será discutida pela Executiva Nacional do partido. **Página 3**

### Com fim da licença médica, Renan volta ao Senado

Presidente licenciado dedicou-se a despachos internos no gabinete de apoio, conforme sua assessoria. **Página 6**

### Comissão faz esforço para votar Orçamento

A fim de encerrar a votação da proposta orçamentária antes do Natal, a Comissão Mista realizará esta semana nove reuniões. **Página 6**

## Senadores do PT e do PMDB condenam terceiro mandato

Dois senadores do PMDB e dois do PT – partidos de sustentação ao governo – condenaram ontem a proposta dos deputados Devanir Ribeiro e Carlos Willian que permitiria ao presidente Lula disputar um terceiro mandato. Paulo Paim afirma que a democracia brasileira não merece aventura desse tipo – que Mão Santa atribui aos “alopradados do PT”. Romero Jucá e Sibá Machado dizem que Lula é contra idéia. **Página 7**

### PAULO PAIM

“Não acredito que o presidente Lula esteja compactuando com isso. Para mim, seria algo da maior gravidade”



Gerardo Magela

### MÃO SANTA

“O presidente precisa fugir desses alopRADOS. O perigo é iminente. Essa gente está pressionando pelo terceiro mandato”



Célio Azevedo

### ROMERO JUCÁ

“A proposta não passará aqui. As principais forças políticas do Senado se posicionarão contra”



Márcio Kalume

### SIBÁ MACHADO

“O presidente é contra a idéia de um terceiro mandato. A bancada do PT deve se posicionar sobre reeleição”



Marcia Matiz

Segundo senador, a menos de dois meses para o fim do ano, Ministério da Justiça ainda está avaliando 259 projetos encaminhados pelos estados e pelo Distrito Federal

## Governo não libera verbas para segurança pública, diz Alvaro

Nenhum dos 259 projetos encaminhados pelos estados e pelo Distrito Federal à Secretaria Nacional de Segurança Pública foi aprovado até agora, disse ontem, da tribuna, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo o parlamentar, somente o Rio de Janeiro recebeu verbas federais para a área de segurança, quando sediou os Jogos Pan-Americanos.

– Com o ano praticamente terminado, o Ministério da Justiça ainda avalia os projetos encaminhados, num total de R\$ 103 milhões, os quais estão sendo submetidos ao conselho gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, readequados aos critérios do Pronasci [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania] recém-implantado. É um itinerário típico da burocracia. Enquanto isso, o cidadão enfrenta insegurança nas esquinas.

Alvaro opinou que, apesar de a situação da segurança pública no país continuar “caótica”, o Executivo federal está alheio ao proble-



Alvaro Dias: apenas o Rio de Janeiro recebeu recursos, quando sediou o Pan

ma. Lembrou que até um projeto de sua autoria (PLC 134/06) que proíbe a União de contingenciar verbas para segurança pública, aprovado em fevereiro pelo Senado, está parado na Câmara.

### CBF

O senador também comentou matéria de autoria da jornalista Phydya de Athayde, publicada pela revista *Carta Capital*, sob o título “O oligarca do futebol”, a respeito dos poderes que o presidente da Confederação Bra-

sileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, adquiriu com a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014. Segundo o texto, governadores que acompanharam, na Suíça, a cerimônia dispararam telefonemas pedindo a aliados para retirarem suas assinaturas do requerimento de criação de uma CPI mista para investigar evasão de divisas, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal no futebol.

### CPMF

Alvaro antecipou a posição que levará, hoje, para a reunião da Executiva Nacional do PSDB, na qual o partido deverá decidir se apóia ou não a prorrogação da CPMF. Ele disse que defenderá a extinção do imposto e a interrupção das negociações entre membros do partido e governo.

Para o senador, o governo deveria negociar com o Congresso uma reforma tributária que induza ao crescimento econômico e à distribuição das riquezas. Em aparte, recebeu apoio do senador Mão Santa (PMDB-PI).

## Diário do Congresso está disponível na internet

O site do Senado Federal ([www.senado.gov.br/publicacoes/diarios](http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios)) oferece desde outubro a versão online do *Diário do Congresso Nacional*. A publicação, que é de responsabilidade da Secretaria Geral da Mesa da Casa, contém informações como atas de sessões plenárias, textos de matérias votadas e projetos de lei. No site estão arquivadas edições do

*Diário do Congresso* desde 2001. No mesmo endereço, o usuário pode acessar o *Diário do Senado*. A versão online é publicada no dia seguinte à impressão das publicações, conforme determina o Regimento Interno do Senado.

A página do Senado conta com recursos de acessibilidade para facilitar a navegação por portadores de deficiência. Um

desses recursos é o tradutor para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) de qualquer trecho de texto encontrado no site.

Para encontrar algum assunto de interesse, o usuário tem o recurso da pesquisa textual. A expectativa é que, no futuro, o site também delimite as buscas por períodos, para facilitar a pesquisa.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### MP tranca a pauta do Plenário

O primeiro item da sessão deliberativa de hoje, às 14h, é a MP 386/07, que reabre o prazo de opção para integrar a carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho. Por ter sido publicada há mais de 45 dias, essa MP está trancando a ordem do dia. Às 19h30, senadores e deputados reúnem-se em sessão conjunta do Congresso para votar créditos extraordinários.

### FGTS para compra de ações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, o substitutivo a projeto que permite ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha utilizan-

do-se do saldo no FGTS. Também deve ser examinado o projeto que fixa prazo máximo de 90 dias para a devolução de Imposto de Renda descontado em excesso na fonte.

### Atendentes de enfermagem

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) examina projeto que destina bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) aos que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas.

Outra proposta da pauta é a que fixa prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, e assegura a esses acesso a curso superior de enfermagem.

### Comissão analisa relatório do Orçamento

Às 10h e às 16h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reuniões para analisar, entre outras matérias, o relatório preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2008. Às 15h, a comissão

realiza audiência pública com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, que prestará esclarecimentos sobre a execução da política fiscal e o comportamento da dívida pública.

### Investigação sobre ONGs

A CPI das ONGs, que apura denúncias de irregularidades no uso de recursos públicos por organizações não-governamentais (ONGs) e por organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips), realiza audiência às 11h, com a partici-

pação de representantes dos fundos nacionais de Ciência e Tecnologia (FNDCT), de Assistência Social (FNAS), do Desenvolvimento da Educação (FNDE), de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da Fundação Banco do Brasil.

### Proteção ambiental

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) vota requerimento de audiência pública sobre a situação das famílias de agricultores que moram na área de proteção ambiental do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, em Rondônia e no Amazonas. Esse é o primeiro dos 12 itens na pauta. Em seguida, haverá reunião administrativa da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Jayme Campos e Mão Santa

Enquanto presidente interino do Senado sugere ampliar o diálogo, líder do PMDB vê margem estreita para aprovar prorrogação da contribuição

## Tião Viana reconhece dificuldades, mas espera apoio do PSDB à CPMF

O governo federal pode ter um pouco mais de dificuldade para construir um entendimento em razão do endurecimento do PSDB no debate em torno da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. A afirmação foi feita ontem pelo presidente interino do Senado, Tião Viana.

– A pressão das bases partidárias [do PSDB] está muito grande, especialmente do Diretório Nacional e da [bancada na] Câmara – justificou.

O partido pressiona por compensações como a redução da carga tributária. Hoje, às 10h, senadores tucanos se reúnem com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para discutir uma proposta que possa ser levada para a reunião da Executiva Nacional, que ocorrerá à noite. Viana disse que acredita num entendimento com o PSDB, apesar da forte pressão dos deputados do partido para que o Senado feche questão contrária.

Conforme o senador, o caminho para o entendimento a respeito da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/07, que prorroga a vigência da CPMF,



Tião Viana, entre o ministro Mares Guia (E) e o presidente Lula

passa pela inclusão dos governadores no diálogo, já que estes têm interesse na matéria, e pela ampliação da discussão a respeito da contribuição no Congresso.

– O Parlamento vai discutir ampliando a visão da CPMF para uma visão de reforma tributária. Esse é o caminho que nós estamos vivendo agora – afirmou.

### Emenda 29

Na reunião de líderes marcada para hoje, os senadores devem discutir, além da CPMF, acordo sobre a tramitação do projeto de lei da Câmara, complementar, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, dispositivo que determina repasses dos governos municipais, estaduais e federal para a saúde. A regulamentação da emenda permitirá um aumento

de R\$ 24 bilhões nos recursos destinados à área e foi aprovada semana passada na Câmara.

Ao comentar a queda de um avião Learjet sobre uma residência, em São Paulo, Tião Viana reafirmou a necessidade de “valorizar o instituto da comissão parlamentar de inquérito”. O relatório da CPI do Apagão Aéreo foi aprovado na quarta-feira passada.

– O relatório que apontou fragilidades da área de infra-estrutura aeroportuária foi muito importante. Espero que o Ministério da Defesa, a Aeronáutica e a Infraero tenham dado atenção e alcancem uma resposta rápida para a sociedade brasileira – frisou Viana.

### Avanços sociais

Ao lado do presidente Lula, Tião Viana participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de entrega do 1º Prêmio Internacional Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Segundo Viana, a busca desses objetivos – para reduzir os maiores problemas mundiais até 2015 – e os avanços obtidos até aqui “demonstram um novo nível de responsabilidade política e social das nações”.

## Papaléo condiciona seu voto à redução da alíquota da contribuição

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que só aceitaria votar a favor da prorrogação da CPMF até 2011 se o governo aceitasse reduzir a atual alíquota de 0,38% para 0,20% e repassasse 100% da arrecadação do tributo para a área da saúde. Como acredita que o governo não irá aceitar essa proposta, afirmou que não irá contribuir para a aprovação da prorrogação da CPMF do jeito que o governo quer.

– O PSDB, que instituiu a CPMF, tem a obrigação de votar contra a prorrogação do tributo até 2011, até para cumprir o compromisso assumido com o povo de que o “P” seria de provisória – sustentou.

Ao mesmo tempo em que cobrou essa postura de seu partido, Papaléo elogiou a posição do DEM em relação ao assunto, também disposto a rejeitar a prorrogação do tributo. Em aparte, o líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), afirmou que esta seria uma grande oportunidade para o governo rever a atual carga tributária e eliminar uma contribuição criada para ser provisória.

Na avaliação do senador Mário



Papaléo defende repasse de 100% da arrecadação da CPMF para a saúde

Couto (PSDB-PA), o governo não irá aceitar a proposta do seu partido de prorrogar a CPMF por apenas mais um ano e, neste período, discutir e votar a reforma tributária. Diante de um cenário como este, Papaléo apelou aos senadores para que analisem a questão com responsabilidade.

Outro tema abordado por Papaléo Paes foi o volume de medidas provisórias (MPs) encaminhadas ao Congresso Nacional pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De 1º de janeiro de 2003 a 10 de outubro de 2007, o montante de MPs chegou a 296, obstruindo 60% das sessões da Câmara e do Senado entre 2003 e 2006.

## João Pedro cobra responsabilidade do partido que criou o tributo

João Pedro (PT-AM) dirigiu ontem ao PSDB apelo para que mantenha em “patamar elevado” o debate em relação à proposta de renovação da CPMF. A solicitação, em Plenário, foi feita em pronunciamento em que citou reportagem publicada ontem em *O Globo*, que assinala que parte do partido, junto a outros grupos de oposição, consideram como melhor estratégia manter posição contrária à CPMF com a intenção de “desorganizar” o governo mediante o esvaziamento dos cofres federais dos R\$ 160 bilhões que a cobrança do tributo renderia nos próximos quatro anos.

Depois de registrar que a Executiva do PSDB vai se reunir hoje para mais uma rodada de discussão sobre a emenda constitucional que renova a CPMF, ele disse que o partido tem a obrigação de conduzir o debate com a responsabilidade de quem criou o tributo quando foi governo e pelo conhecimento que tem sobre a importância das receitas geradas



PSDB conhece a importância das receitas geradas pela CPMF, ressalta João Pedro

pela contribuição para as políticas públicas, como a área da saúde e o programa Bolsa Família.

O senador aproveitou ainda para assinalar que a discussão sobre um possível terceiro mandato para o presidente Lula está retirando o foco do debate sobre a CPMF, na sua visão a questão que verdadeiramente interessa ao país. O senador disse que o debate sobre o terceiro mandato não foi posto em cena nem pelo PT nem pelo presidente Lula, mas pelo próprio PSDB.

### ▼ O que são objetivos do milênio

Aprovada na Cúpula do Milênio, realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova York (EUA), a Declaração do Milênio das Nações Unidas determina que, até 2015, todos os 191 Estados-membros das Nações Unidas assumam o compromisso de:

1. Acabar com a fome e a miséria;
2. Educação de qualidade para todos;
3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde das gestantes;
6. Combater a Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

## Raupp adverte que, sem tucanos, margem dos governistas é pequena

Em entrevista à imprensa na tarde de ontem, o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), afirmou que é possível aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011 sem o apoio do PSDB – mas com margem estreita.

– A base tem 53 senadores. Podemos perder até quatro votos. Temos dois ou três senadores que sabemos que votam contra. Então, estamos com uma margem estreita. Se pudermos contar com o PSDB, teremos uma folga de quatro, cinco votos – disse Raupp, salientando que “cada senador pode ser o fiel da balança”.

São necessários 49 votos para aprovar a PEC. O governo deve apresentar sua proposta definitiva

à base e à oposição ainda hoje. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou que a bancada se posicionaria hoje à noite, após reunião da Executiva Nacional.

– O PSDB deveria liberar sua bancada. Seria a posição mais coerente. A maioria dos governadores e prefeitos do partido é favorável à prorrogação da CPMF – disse Raupp.

A relatora da proposta de prorrogação da CPMF na Comissão de Justiça, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou ontem, em entrevista à Rádio Senado, que deverá apresentar seu parecer na próxima semana. A matéria passará por dois turnos de votação, e, se for modificada, voltará à Câmara dos Deputados, o que poderá inviabilizar sua aprovação ainda em 2007.

J. Fieitas



Senadores da Comissão de Educação reúnem-se para analisar extensa pauta

## Debate sobre a realização da Copa do Mundo no Brasil

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, a partir das 11h, para examinar, entre outras proposições, requerimento de audiência pública, de autoria de Ideli Salvatti (PT-SC), destinada a debater o processo de realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. O objetivo da senadora é analisar a organização e os critérios de seleção das cidades onde deverão

ter lugar as competições, bem como a participação do poder público, em suas várias instâncias, no processo de realização da Copa.

Como convidados, Ideli sugere o ministro do Esporte, Orlando Silva, e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira.

Na pauta de votações, há ainda três projetos de lei autorizando o

Poder Executivo a criar escolas técnicas federais, que têm como meta desenvolver melhor parceria entre mão-de-obra capacitada e setor produtivo, de modo a permitir maior agregação de valor à produção nacional e consequente geração de mais empregos para a juventude brasileira. A comissão deve votar, ainda, projeto de Tião Viana (PT-AC) sobre o exercício da enfermagem.

### Sessão especial comemora dez anos do Interlegis

Será comemorado amanhã o aniversário de dez anos de criação do programa Interlegis, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que tem entre seus objetivos modernizar e interligar os vários níveis do Legislativo, permitindo maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Entre os eventos previstos para a comemoração da data estão uma sessão especial no Senado e a cerimônia para dar o nome de Senador Antonio Carlos Magalhães ao auditório do Interlegis.

A sessão especial ocorrerá amanhã, às 11h, no Plenário do Senado, e foi solicitada pelo 1º secretário, Efraim Morais (DEMPB). Às 16h, será realizada a cerimônia para dar o novo nome ao auditório. Na mesma tarde, haverá o lançamento da Biblioteca Básica do Interlegis, voltada para as câmaras municipais.

De acordo com a assessoria do Interlegis, o nome de Antonio Carlos Magalhães foi escolhido para o auditório porque o senador iniciou a implantação do programa, durante sua primeira gestão na Presidência do Senado (1997-1999).

O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Senado Federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de modernizar e integrar o Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e promover maior transparência e interação do Legislativo com a sociedade.

Ainda conforme a assessoria do Interlegis, mais de 3 mil câmaras municipais já receberam computadores e impressoras do programa para se conectarem à internet. Também em decorrência da implantação do programa, todas as assembleias legislativas do país contam hoje com redes de pelo menos 20 computadores e salas de videoconferência.

## Plenário inicia semana com a pauta obstruída por MPs

Se houver acordo, senadores poderão examinar projetos que garantem mais recursos para a saúde e tratam de normas para estágio de estudantes

Três medidas provisórias (MPs 386/07, 388/07 e 389/07) e um projeto de lei de conversão (PLV 33/07) trancam a pauta de deliberações do Plenário. Se houver acordo para que as matérias sejam votadas, os senadores poderão deliberar ainda sobre o projeto de lei que regulamenta a Emenda Constitucional 29, aprovado pela Câmara na semana passada, e também sobre outras matérias, como a que trata do estágio de estudantes.

A MP 386/07 reajustou salários da Polícia Federal, com índices de 6,35% a 8,4%, desde 1º de setembro deste ano. O PLV 33/07 é oriundo da MP 387/07, que estipulou regras para estados, o Distrito Federal e municípios receberem recursos federais a serem aplicados em ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Já a MP

Célio Azevedo



Pauta do Plenário está trancada por três medidas provisórias e um projeto de conversão

388/07 alterou a regulação do trabalho aos domingos e feriados no comércio em geral, enquanto a MP 389/07 criou a carreira de analista de infra-estrutura e o cargo efetivo de especialista em infra-estrutura sênior.

O projeto que regulamenta a Emenda 29 não consta da pauta

do Plenário, mas poderá ter sua tramitação acelerada para ser objeto de deliberação nesta semana, segundo disse, na semana passada, o presidente interino do Senado, Tião Viana. O projeto prevê um acréscimo de R\$ 24 bilhões no orçamento da área de saúde nos próximos quatro anos.

### Projeto permite cobrar na fonte ICMS sobre petróleo

A Constituição poderá ser alterada para permitir que o estado de origem do produto cobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações que destinem a outros estados petróleo – inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados – e energia elétrica. Proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) com esse objetivo está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã, marcada para as 10h.

Atualmente, pelo artigo 155

da Constituição, essa cobrança é proibida. No entanto, segundo a PEC, que tem como signatários o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) e outros 40 parlamentares, essa proibição poderá ser corrigida.

“Esse ditame constitucional obriga os estados produtores a isentar os estados consumidores de um imposto que é a sua principal fonte de receita”, justificaram os senadores.

Célio Azevedo



A reunião da Comissão de Constituição e Justiça está marcada para amanhã, às 10h

### Seminário discute energia sustentável e mudança no clima

Com o objetivo de ressaltar a eficiência energética e as potencialidades do país, além de identificar oportunidades para a produção de energia renovável não-convencional, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas promove, nesta quinta-feira, o seminário *Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil*.

O debate, que estará aberto à participação de todos os interessados, visa ainda complementar o trabalho da comissão sobre as causas e os efeitos das alterações do clima.

A comissão mista especial, composta de seis senadores e seis deputados, foi criada em fevereiro deste ano para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. O prazo de funcionamento do colegiado termina em 22 de dezembro de 2007, quando deverá ser apresentado um relatório com base em todos os debates e diligências realizados pelos parlamentares visando atingir seus objetivos.

Para a realização do seminário, a comissão conta com o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista e da organização não-governamental WWF-Brasil.

Os debates serão divididos em dois painéis – “Mudanças climáticas e energia: desafios e oportunidades no Brasil” e “Diferentes cenários de energia elétrica: demanda e oferta” –, programados para o período das 9h às 18h.

O evento ocorrerá no auditório do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que, a partir de amanhã, passará a se chamar Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães.

Os interessados em participar do seminário podem se inscrever pelo endereço [http://www.interlegis.gov.br/inscreve\\_candidato\\_form?cod\\_evento=30](http://www.interlegis.gov.br/inscreve_candidato_form?cod_evento=30).



Jane Araújo

Objetivo de proposta em exame na comissão é informar consumidores sobre seus direitos

## Propostas em pauta na CMA ampliam proteção a consumidores

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje, a partir das 11h30, e poderá aprovar, em decisão terminativa, projeto de lei que obriga o fornecedor a advertir o consumidor, de forma clara e destacada, sobre seu direito de arrependimento previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). A proposta é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e já recebeu parecer pela aprovação do relator, senador Flávio Arns (PT-PR).

Na hipótese de o consumidor não ser adequadamente informado sobre tal direito, o prazo para o exercício do direito de desistência passará de sete para 90 dias, conforme emenda do relator ao projeto (PLS 424/07).

A CMA poderá ainda acolher hoje o PLS 499/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), que propõe inclusão de artigos no Código de Defesa do Consumidor estabelecendo que, quando o fornecedor não definir prazo para o cumprimento de sua obrigação, fica presumido que ele deverá cumpri-la no primeiro dia útil seguinte à contratação. A determinação não inclui produto ou serviço de pronta entrega ou pronta prestação.

### Perdas e danos

A proposta prevê também que, se o fornecedor demorar a cumprir com sua obrigação, estará sujeito à multa de, no mínimo, 2% do valor contratado. O consumidor, nesse caso, poderá optar por ser ressarcido pelas perdas e danos decorrentes do atraso, se seu prejuízo for maior. O PLS 499/07 será votado em decisão

terminativa na CMA.

A comissão poderá votar, em decisão terminativa, projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera o Código de Defesa do Consumidor para considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor (PLS 42/07). Também em pauta projeto que institui a Política Nacional de Sementes e Mudanças. A proposição (PLS 253/07) é do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

### Requerimentos

A CMA deverá aprovar requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) para a realização de audiência pública com a presença do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para prestar esclarecimentos sobre a contaminação de leite por soda cáustica e água oxigenada. A audiência, já agendada para as 11h de amanhã, será realizada em conjunto com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Outro requerimento a ser analisado pela CMA hoje é o que propõe audiência pública para tratar da criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, em Rondônia e no Amazonas, bem como dos problemas causados as 186 famílias de agricultores que residem naquela área desde 2003.

Após a reunião do colegiado, na sala 7 da Ala Alexandre Costa, a Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que funciona no âmbito da CMA, reúne-se no mesmo local.

Projeto em exame na Comissão de Assuntos Econômicos condiciona à aprovação do trabalhador o desconto em folha do equivalente a um dia de trabalho

# Comissão pode votar proposta que acaba com imposto sindical

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje, a partir das 10h, projeto do Executivo (PLC 88/07) que legaliza as centrais sindicais. Os senadores analisarão o texto aprovado na Câmara, incluindo emenda que prevê a necessidade de o trabalhador autorizar o desconto em folha do imposto sindical, equivalente a um dia de trabalho. De acordo com a legislação atual, a contribuição é compulsória.

O projeto original do governo não previa o dispositivo que extingue a obrigatoriedade do desconto do imposto sindical – ou contribuição sindical – na fonte. Mas uma emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) acabou com a contribuição compulsória. A emenda causou discordância entre parlamentares ligados ao movimento sindical e Augusto Carvalho, o que fez com que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por Paulo Paim (PT-RS), realizasse na semana passada uma concorrida audiência pública para



Célio Azevedo

A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar proposta em regime de urgência

debater a questão, que reuniu centenas de representantes de centrais sindicais de patrões e de empregados.

O projeto tramita em regime de urgência na CAE e nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), onde também deverá ser votado ao longo desta semana.

### FGTS

Também consta da pauta da CAE a votação do substitutivo de Mão Santa (PMDB-PI) a

projeto (PLS 273/03) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permite ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, usando o respectivo saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Na mesma reunião, a comissão também deve votar mensagens do Executivo (160 e 161) que tratam da programação monetária para o 4º trimestre deste ano e para 2007, já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

## Plano de Outorga Florestal deve ser submetido ao Senado

Projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que altera a lei que criou o Serviço Florestal Brasileiro (Lei 11.284/06) deve ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta determina, entre outras mudanças, que seja submetido ao Senado o Plano Anual de Outorga Florestal, o qual inclui as áreas de florestas públicas que poderão ter gestão privada.

Mozarildo propõe também em seu projeto (PLS 312/07) ampliar o conselho responsável pela destinação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, incluindo, no colegiado, representantes do

Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da sociedade civil e do Ministério Público. O relator, senador Sibá Machado (PT-AC), apresentou voto favorável à matéria, com uma modificação.

### Emigrantes

A CAE analisa outros 13 itens, entre os quais o projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que cria a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (PLS 174/04). O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou parecer favorável e acolheu cinco das seis emendas ao texto.

A proposta tem por objetivo facilitar o envio de recursos em moeda estrangeira de emi-

grantes brasileiros a parentes que vivem no Brasil. Visa ainda conceder, por meio do fundo, créditos aos detentores de contas de Poupança Emigrante.

Os senadores da comissão devem decidir sobre projeto de Paulo Paim (PT-RS) que altera artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir ao empregado faltar um dia de trabalho por ano para tratar de assuntos particulares, sem prejuízo da remuneração (PLS 23/03). Favorável à proposta, a relatora, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), apresentou emenda estabelecendo que essa ausência ao trabalho seja comunicada com 24 horas de antecedência.

## Plenário fará homenagem a Ramez Tebet

Os senadores prestarão homenagem, amanhã, à memória do senador Ramez Tebet, pela passagem do primeiro ano de seu falecimento e do 71º aniversário de nascimento. Falecido em 17 de novembro do ano passado,

Tebet cumpria mandato como representante do PMDB de Mato Grosso do Sul desde 1995 e chegou a ocupar o cargo de presidente do Senado no biênio 2001-2003.

Valter Pereira (MS) – suplente

de Tebet –, Valdir Raupp (RO), Pedro Simon (RS) e Mão Santa (PI), todos do PMDB, estão inscritos para discursar em homenagem a Ramez Tebet.

Durante o período em que o Senado foi presidido pelo sul-

mato-grossense, foi aprovado o fim da imunidade parlamentar para os crimes comuns. Tebet era advogado, formado pela Universidade de Direito do Rio de Janeiro. Seu primeiro mandato de senador começou em 1995.

Presidente licenciado do Senado submeteu-se na semana passada a exames médicos e teste de esforço cardiológico, cujos resultados, segundo sua assessoria, foram normais

## Renan volta da licença médica e despacha no gabinete de apoio

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, voltou ontem a suas atividades parlamentares, depois de dez dias de licença médica, completados na sexta-feira. Renan chegou à Casa por volta das 17h, vindo da residência oficial do presidente do Senado, situada no bairro Lago Sul, onde passou o dia estudando os processos que correm contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Ao chegar ao Senado, Renan seguiu direto para o gabinete 6 da Ala Senador Afonso Arinos, o chamado gabinete de apoio, uma vez que o da Presidência está sendo ocupado pelo presidente



Renan Calheiros dedicou-se no gabinete a despachos internos

interino, senador Tião Viana. De acordo com a assessoria de Renan, ele dedicou-se a despachos

internos. Às 19h45, deixou o gabinete e não quis responder às perguntas dos jornalistas.

### Exames

O presidente do Senado pediu licença do cargo, por 45 dias, em 11 de outubro. Ou seja, seu afastamento da Presidência vai até o dia 25 de novembro. Nesse ínterim, decidiu submeter-se a exames médicos, tendo solicitado a licença de saúde por dez dias. Renan só pediria uma nova licença se os médicos tivessem recomendado exames adicionais. Na semana passada, ele fez exame de vista e teste de esforço cardiológico, cujos resultados foram normais, conforme sua assessoria.

## CMO faz esforço para assegurar a votação do Orçamento este ano

Para garantir a votação do relatório preliminar que o deputado José Pimentel (PT-CE) apresentou ao projeto do Orçamento Geral da União de 2008, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizará esta semana sete reuniões extraordinárias e duas ordinárias.

O presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB), quer evitar atrasos na tramitação do Orçamento, para que o Congresso encerre as votações da matéria antes do Natal.

José Maranhão decidiu convocar as reuniões extraordinárias depois que a base do governo percebeu manobras das oposições para atrasar as votações do Orçamento, dentro de sua política de pressionar o governo por um acordo sobre a prorrogação da CPMF. Segundo o deputado Gilmar Machado (PT-MG), o Executivo quer votar o Orçamento antes da CPMF, enquanto as oposições querem deixar o Orçamento para o final.

A primeira reunião extraordinária está convocada para as 10h de hoje. Às 15h, em reunião ordinária, a comissão ouvirá o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, que falará sobre a execução da política fiscal e o comportamento da dívida pública. A idéia é realizar três reuniões por dia, de hoje a quinta-feira.

Além da votação do relatório preliminar, o colegiado examinará vários pedidos de crédito extraordinário feitos pelo Executivo e relatórios do Tribunal de Contas da União sobre obras com indícios de irregularidades.

### Emendas parlamentares

Nessas reuniões, o relator José Pimentel decidirá se atende à reivindicação de deputados e senadores por mais verbas para suas emendas. Ele já aceitou subir de R\$ 6 milhões para R\$ 7 milhões o valor total das emendas de cada parlamentar, mas vem sendo pressionado a elevar ainda mais o valor. Das 225 emendas



José Maranhão reage a manobras que poderiam atrasar decisão

que os deputados e senadores apresentaram ao relatório preliminar, 70 delas propõem aumento do valor das emendas individuais dos parlamentares.

Após a aprovação do relatório preliminar, será aberto o prazo para que os parlamentares apresentem suas emendas ao Orçamento de 2008. Ao mesmo tempo, um comitê presidido pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) fará uma segunda reestimativa da arrecadação projetada para o ano que vem. Na primeira reestimativa, o comitê concluiu que o governo irá arrecadar R\$ 13,8 bilhões a mais do que a equipe econômica havia previsto.



CRE examina indicações para Reino Unido, Suriname, Suazilândia, Seicheles e Madagascar

## Comissão de Relações Exteriores analisa indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinará, na quinta-feira, indicações de três diplomatas para exercerem o cargo de embaixador do Brasil.

O primeiro é Carlos Augusto Rego Santos Neves, indicado para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

A segunda mensagem presidencial indica José Luiz Machado e Costa – que atualmente é ministro-consultor em Assunção, no Paraguai – para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Já a terceira recomenda Antonio José Maria de Souza e Silva para embaixador do Brasil junto ao Reino de Suazilândia e às repúblicas de Seicheles e de Madagascar, função a ser exercida

cumulativamente com o mesmo cargo em Moçambique.

Indicado para o Reino Unido, Santos Neves exerce desde 2003 o cargo de embaixador brasileiro em Moscou e, cumulativamente, em países limítrofes como Geórgia, Turcomenistão, Belarus e Cazaquistão. Anteriormente foi embaixador em Ottawa (Canadá) e cônsul-geral em Houston (EUA), onde presidiu a Câmara de Comércio Brasil-Texas.

O Reino Unido é um dos grandes parceiros comerciais do Brasil. Em 2006, a corrente comercial bilateral foi de US\$ 4,2 bilhões, sendo superavitária para o Brasil, com US\$ 2,8 bilhões em exportações e US\$ 1,4 bilhões em importações. Em termos de investimentos diretos no Brasil, o Reino Unido ocupa a 15ª posição.

## Ministro da Agricultura participa amanhã de audiência pública

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, participa amanhã de audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, vinculada à CRA.

O ministro vai falar sobre o zoneamento agrícola brasileiro para o cultivo da cana-de-açúcar e sobre a proibição dessa cultura na região amazônica e no Pantanal. A audiência foi requerida pelos senadores Expedito Júnior (PR-

RO) e Sibá Machado (PT-AC).

Além de Stephanes, foram convidados para participar do debate o presidente do Sindicato do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas, Pedro Robério de Melo Nogueira; o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniran Sanches Peraci; o chefe geral da unidade de pesquisa Embrapa Informática Agropecuária, Eduard Assad; e Roberto Vincen-tin, representando o Ministério do Meio Ambiente.

## CPI debaterá hoje repasse de recursos a ONGs

Os critérios para repasses de recursos de fundos setoriais a entidades sem fins lucrativos serão debatidos hoje, a partir das 11h, pela Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Serão ouvidos representantes dos fundos nacionais da Ciência e Tecnologia (FNDCT), de Assistência Social (FNAS) e do Desenvolvimento da Educação (FNDE); do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e da Fun-

ção Banco do Brasil.

A CPI foi criada para investigar irregularidades na liberação de recursos públicos para as organizações não-governamentais (ONGs) e para as organizações da sociedade civil de interesse

público (Oscips). O colegiado tem como presidente o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) e como relator o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). A reunião será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

# Senadores do PMDB e PT contra 3º mandato

A proposta defendida pelos deputados Devanir Ribeiro e Carlos Willian, do PT e do PTC, que permitiria ao presidente Lula disputar um terceiro mandato foi criticada ontem em discursos de dois senadores petistas e dois peemedebistas. “Não é decisão do governo buscar uma

mudança constitucional para fazer qualquer tipo de manobra”, afirmou o líder do governo, Romero Jucá. Para Mão Santa, a idéia é dos “aloprados” do PT. “O presidente precisa fugir desses aloprados. O perigo é iminente. Essa gente toda está pressionando pelo terceiro mandato”, advertiu. Paulo

Paim disse acreditar que o presidente Lula seja contra uma nova reeleição. O senador destacou que a democracia brasileira “não merece nenhuma aventura”. Também Sibá Machado afirmou que Lula não apóia a proposta de mudar a Constituição federal com esse fim.

Paulo Paim



Genildo Magalhães

## A democracia não merece uma aventura

Segundo Paulo Paim (PT-RS), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não defende a idéia de um terceiro mandato presidencial, conforme prevêem propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados.

– Sinceramente, não acredito que o presidente Lula esteja compactuando com isso. Para mim, seria algo da maior gravidade. Acho que a democracia brasileira, que foi conquistada com muita garra, muita luta, muito sangue, muita tortura, até (e hoje estamos num regime de plena liberdade) não merece nenhuma aventura que vá nessa linha – disse.

Paim registrou a realização de duas reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta semana, em Porto Alegre. A primeira, para discutir as condições trabalhistas da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ocorrerá no dia 8, na Assembleia Legislativa do estado. A segunda, no dia 9, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, vai debater a situação dos remanescentes do povo indígena charrua, que, de acordo com Paim, vivem na capital gaúcha em condições precárias e de miséria.

O senador citou ainda o lançamento de livro de sua autoria, intitulado *Pátria somos todos*, em que aborda diversos temas de interesse regional e nacional. A apresentação da obra é feita pelo vice-presidente da República, José Alencar.

Mão Santa



Márcio Kollme

## Necessidade de fugir dos “aloprados”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a idéia de conceder ao presidente Lula a possibilidade de disputar um terceiro mandato é obra dos “aloprados” do PT, membros do partido que, segundo o parlamentar, ocuparam os cerca de 25 mil cargos criados no atual governo. O senador frisou que a alternância do poder é “a maior riqueza da democracia”.

– O presidente precisa fugir desses aloprados. O perigo é iminente. Essa gente toda está pressionando pelo terceiro mandato – salientou.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a reeleição consecutiva para cargos majoritários e que, se levada adiante, pode abrir uma brecha para eventual terceiro mandato para o presidente Lula, foi trazida à tona na Câmara pelos deputados Devanir Ribeiro (PT-SP) e Carlos Willian (PTC-MG). A PEC foi aprovada pela CCJ da Câmara em 2000 e desarquivada em abril de 2007.

Mão Santa disse que Lula deveria se inspirar em Getúlio Vargas, que criou o Dasp e introduziu na administração critérios para nomeação de servidores.

– Ele [Lula] não teve esse cuidado. Este governo tem 40 ministros. É gente demais! Se o brasileiro souber o nome de cinco deles, entrego meu mandato – desafiou.

O senador também criticou a proposta que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF.

Romero Jucá



Márcio Kollme

## Governo não apóia mudança constitucional

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a reeleição consecutiva para presidente, governador e prefeitos e que, se levada adiante, pode abrir uma brecha para um terceiro mandato para o presidente Lula, é “um devaneio, uma “idéia romântica inexecutável para um país com as dimensões do Brasil”.

– Não é decisão do governo buscar uma mudança constitucional para fazer qualquer tipo de manobra. Isso não ajuda; é um desvio, um fogo de artifício. O próprio presidente já afirmou que ninguém é insubstituível. Insubstituível só mesmo a democracia – observou.

Jucá ressaltou que o que o Senado discute é o fim da reeleição.

– Se a PEC for aprovada lá, será uma proposta natimorta; não passará aqui. As principais forças políticas do Senado se posicionaram contra – avaliou o líder.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) informou que o PT tratará hoje do tema, em reunião da bancada.

Já o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), afirmou que não há espaço para a discussão sobre o terceiro mandato nem no seu partido nem no Congresso, como não há na democracia. Raupp também defendeu a ampliação dos mandatos de prefeitos, governadores e presidente para cinco ou seis anos.

Sibá Machado



Moreira Mariz

## Bancada do PT no Senado vai discutir reeleição

A bancada do PT no Senado deverá adotar uma posição sobre o tema da duração dos mandatos e da reeleição de ocupantes de cargos do Poder Executivo: presidente da República, governador e prefeito. Essa informação foi prestada por Sibá Machado, que assegurou ser o presidente Lula contra a idéia de um terceiro mandato.

O senador é autor de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do fim da reeleição e da coincidência dos mandatos – todos de cinco anos. De todo modo, entrará em entendimento com o líder do partido no Senado, Ideli Salvatti (SC), no sentido de que a bancada tome uma posição sobre essas questões.

– O assunto ganhou muita importância na imprensa nas últimas semanas, e está exigindo que nos posicionemos – disse.

O embaço atual no que diz respeito à reeleição, entende Sibá, deve-se ao fato de que o país não fez a reforma política. Tanto assim que, ultimamente, o Judiciário tem emitido decisões, como por exemplo sobre a cláusula de barreira, a verticalização das coligações e a fidelidade partidária.

Sibá fez referência às críticas quanto à dificuldade do Congresso para realizar mudanças profundas nas regras eleitorais e do sistema político.

– Há quem diga que isto só se resolveria por meio de uma constituinte exclusiva.



Moreira Mariz

Para Cristovam, a população comemora avanços “insignificantes”

## Cristovam quer “um salto maior” para o Brasil

Ao comentar *slogan* que circula na internet, segundo o qual o governo do presidente Lula “está bom demais” para o país, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil vive uma “tradição de acomodamento”.

– Quando comparamos o presidente Lula com os que vieram antes dele, não tenho a menor dúvida em afirmar que, se não for o melhor, é um dos melhores. Agora, dizer que está bom para o Brasil é reconhecer que o país não merece, não tem condições de dar um salto muito maior.

Cristovam salientou que a população brasileira acostumou-se a comemorar avanços “insignificantes” contidos em cifras oficiais, deixando de avaliar a distância existente entre as conquistas obtidas pelo Brasil e por nações democráticas desenvolvidas.

### Desigualdade

O senador lamentou o fato de o país continuar a deter a maior concentração de renda do planeta. Para ele, o que irá garantir a redução das desigualdades sociais é a oferta de escolas, assistência e saneamento, e não o reforço na renda das famílias atendidas por programas sociais.

– Aí vem um programa que consegue distribuir R\$ 60 por mês. Faz com que alguns saiam da renda zero para alguma renda, passem a comer. Ninguém pode afirmar que isso é um salto.

Cristovam criticou ainda dados sobre crianças matriculadas na rede de ensino público.

– Dizer que 97% das crianças estão matriculadas significa dizer que 3% delas não estão. Não se analisa que desses 97% a imensa maioria vai à escola só para comer, vai pela merenda.

Senador lamenta problemas com fornecimento de gás natural pela Bolívia, teme um apagão semelhante ao de 2001 e pede mais investimentos no setor

## Agripino: governo pode levar o país a nova crise energética

O atual governo, na opinião de José Agripino (DEM-RN), esqueceu as lições que o país aprendeu com o apagão energético ocorrido em 2001, e está levando o Brasil às portas de uma nova crise no setor.

O senador lembrou que, à época, foi construída uma rede de termoeletricas para oferecer ao país um seguro contra novos apagões, mas naquele momento a crise só foi vencida quando voltou a chover e as usinas hidroelétricas voltaram a produzir energia a plena capacidade.

– A crise produziu uma brutal recessão e um grande desestímulo aos meios produtivos. Foi um momento difícil que o Brasil enfrentou e do qual só conseguiu sair com a ajuda de São Pedro, porque os mananciais voltaram a encher e o potencial hídrico se recompôs – salientou.

Para o senador, o governo do presidente Lula descuidou de políticas para garantir o abastecimento de gás no país – inclusive para atender às necessidades de termoeletricas que foram construídas no governo anterior – e se mostrou incapaz de retomar os investimentos na geração de energia hidroelétrica.

Agripino afirmou que, embora Lula tivesse acabado de receber a lição do apagão, ocorrido no fim do governo Fernando Henrique Cardoso, “assumiu e esqueceu” as



Agripino diz que lição não foi aprendida em 2001, quando o apagão desestimulou meios produtivos

usinas termoeletricas que estavam prontas “ou em prontidão”.

– Também deveria ter entendido que o grande elemento da matriz energética é hidroeletricidade e que energia elétrica custa dinheiro e prazo para o oferecimento de novas unidades. É a energia mais barata, mas para ampliar a geração é preciso capital grosso – observou.

### Trava nos investimentos

O parlamentar acusou o atual governo de “travar” os investimentos em novas usinas hidroelétricas ao optar por uma política para prestigiar as atuais estatais produtoras desse tipo de energia, em detrimento de um marco regulatório e um modelo tarifário que incentivasse a atração de capitais privados para a geração de “energia nova”.

Agripino lembrou ter participado intensamente do debate travado à época, mas teria sido voto vencido. Disse lamentar que o Brasil, agora, esteja pagando o preço desses equívocos. Ele citou expressamente a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, como responsável pelos erros que, na sua avaliação, foram cometidos naquele momento, e também apontou erros na condução da política ambiental, que, no seu entendimento, prejudicaram a concretização dos investimentos.

De acordo com José Agripino, a “ponta do iceberg” da crise atual é a falta de gás natural tanto para o setor industrial como para as termoeletricas. Como o governo não investiu em outras alternativas, entre as quais a retomada do projeto da usina nuclear de Angra 3, ele disse que agora a alta cúpula está correndo atrás do presidente boliviano, Evo Morales, de “pires na mão”, pois a Bolívia estatizou investimentos na área de gás natural realizados por empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras.

Jayme Campos (DEM-MT) confirmou que uma usina termoeletrica de seu estado está parada por falta de gás que antes vinha da Bolívia. Mão Santa (PMDB-PI) também criticou as ações do governo na área.



Raupp lamenta que o governo federal cogite importar gás da Nigéria

mida pela população acreana é produzida em Rondônia, mas através da queima de óleo diesel – explicou.

Segundo o senador, se o governo federal não iniciar rapidamente a construção de hidroelétricas, gasodutos e termoeletricas, faltará energia no Brasil.

## Raupp cobra construção do gasoduto Urucu-Porto Velho

“Não construir o gasoduto Urucu-Porto Velho é um crime de lesa-pátria.” A frase, atribuída ao presidente em exercício e diretor de engenharia da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal de Souza, foi repetida por Valdir Raupp (PMDB-RO).

O senador disse lamentar que o governo esteja cogitando importar gás da Nigéria, por meio de barcas criogênicas, como solução para os problemas no fornecimento de gás pela Bolívia.

Raupp afirmou que, ao mesmo tempo em que a Petrobras anuncia a assinatura de contrato com o país africano, diariamente o pólo petrolífero da bacia do Urucu queima

gás na atmosfera e reinjeta no solo uma outra parte da produção, por não ter para onde escoá-la. “Já está sendo construído um gasoduto para Manaus e, futuramente – já poderia até estar pronto –, o gasoduto Urucu-Porto Velho, para o meu estado”, disse.

– Há mais de cinco anos se trabalha no projeto do gasoduto. Quando eu fui governador de Rondônia, criei a Companhia Rondoniense de Gás [Rongas], para esperar o gás da bacia do Urucu. Também foi construída uma térmica de 400 megawatts para produzir energia para o estado e também para o Acre. Hoje, 70% da energia consu-

## Mário Couto critica mudanças na Constituição venezuelana

As mudanças previstas para a Constituição da Venezuela foram criticadas por Mário Couto (PSDB-PA). Um referendo a se realizar em 2 de dezembro decidirá sobre a possibilidade de reeleições sucessivas do presidente daquele país.

O senador também considerou antidemocráticas outras modificações constitucionais propostas: a subordinação de governadores e prefeitos a militares nomeados pelo presidente Hugo Chávez; o fim da autonomia do Banco Central; a impossibilidade de os proprietários privados recorrerem à Justiça contra expropriação; e a possibilidade de o presidente decretar estado de emergência pelo tempo que quiser, com suspensão dos direitos individuais e de imprensa.

Mário Couto leu requerimento no qual pede voto de repúdio ao presidente da Venezuela “pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista”. Disse também estar preocupado com “as relações próximas do presidente Lula e de outros integrantes do PT” com Chávez e com o presidente de



Mário Couto considera antidemocrática a possibilidade de sucessivas reeleições

Cuba, Fidel Castro.

– A mudança permite a Chávez perpetuar-se no poder, exatamente como estão falando que o presidente Lula deseja – destacou.

O senador pediu que Lula esclareça publicamente se deseja ou não mudar a Constituição para permitir que concorra a um terceiro mandato. Couto afirmou ainda que as armas compradas recentemente pelo governo venezuelano não visam a uma guerra com os Estados Unidos ou a invadir um país fronteiro: “Destinam-se a combater o próprio povo venezuelano”.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que as mudanças constitucionais na Venezuela “estão exorbitando a democracia”.

## Mozarildo aponta problemas na reserva Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) alertou para a possibilidade de problemas na remoção de proprietários rurais não-índios da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, demarcada pelo governo federal há dois anos e sete meses. Segundo o senador, as ações do Inca para a retirada dessas famílias não estão respeitando seu direito à indenização justa e à propriedade.

Das 348 propriedades rurais mapeadas pelo Inca, Mozarildo informou que 198 já teriam sido indenizadas pelo governo, mas de forma inadequada, e que 131 foram alvo de reassentamento, também com problemas de ordem técnica e financeira.

– O governo está promovendo a negação da condição de brasileiros a esses não-índios, afrontando a dignidade humana e a livre iniciativa – acusou.

As reclamações apresentadas por Mozarildo se basearam em investigação conjunta do Senado com a Assembléia Legislativa de Roraima na reserva, que tem 1,7 milhão de hectares. O relatório preliminar, de acordo com o senador, assinala que a expulsão



Mozarildo: “O governo está afrontando a dignidade humana e a livre iniciativa”

dos não-índios terá impacto socioeconômico, na segurança e na defesa nacional. Ele observou que a reserva é contígua a uma área de litígio entre a Venezuela e a Guiana e, por isso, demandaria um planejamento específico para a defesa da região com a participação das Forças Armadas e de brasileiros não-índios.

– A realidade da povoação da área evidencia a impossibilidade de diferenciação entre índios e não-índios, com altos índices de miscigenação. Com a expulsão dos chamados não-índios, ter-se-ia mesmo a separação de famílias miscigenadas e a desagregação do núcleo familiar – acrescentou.